



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

GT grupo de Estudos em Questão social, Política social e Serviço social (GEP-QPSOCIAL)

O PERFIL DAS ACOMPANHANTES HOSPITALARES NO HOSPITAL ONOFRE LOPES: uma análise sobre o trabalho de cuidado

Késia Thayza Alves Xavier¹

Resumo: O objeto de estudo deste trabalho são as tarefas de cuidado desenvolvidas por mulheres acompanhantes de usuárias(os) hospitalizadas(os) nas Enfermarias e UTI Pediátricas do HUOL. Como resultados percebemos que as mudanças societárias imprimem novos significados para o trabalho desenvolvido pelas mulheres; e que o trabalho de cuidado representa um custo e um interesse para o capitalismo.

Palavras-chave: Trabalhos de cuidado; Mulheres acompanhantes; Teoria da Reprodução Social; HUOL.

Abstract: The object of study of this work are the care tasks carried out by women accompanying users hospitalized in the HUOL Pediatric Wards and ICU. As well as current legislation. As a result, we realized that societal changes give new meanings to the work carried out by women; and that care work represents a cost and an interest in capitalismo.

Key-words: Care work; Female companions; Social Reproduction Theory; HUOL.

¹ Assistente Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em atenção à saúde da criança pela UFRN. Pós-graduada em Serviço social, política social e previdência social pela Faculdade Maciço Baturité. Mestranda em Serviço Social PPGSS-UFRN.



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

1. INTRODUÇÃO

No prefácio do livro "A criação do Patriarcado: história da opressão dos homens sobre as mulheres" (Lerner, 2019), Lola Aronovich chama nossa atenção sobre viver em um mundo onde as mulheres são consideradas tão menores, tão inferiores, tão confinadas ao espaço doméstico, tão irrelevantes, que não mereçam ser estudadas e nem dignas de ter sua história contada e sobre as consequências disso para a produção e reprodução social capitalista em que vivemos, baseadas nas relações patriarcais de gênero.

O presente trabalho, portanto, analisa a partir da perspectiva sócio-histórica a institucionalização do trabalho do cuidado desenvolvidas por meio do trabalho doméstico não remunerado de mulheres acompanhantes das Enfermarias e Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Pediátricas do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL). Sendo assim, iniciamos o trabalho discutindo primeiramente a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico ao longo da história para enfim tratar do objeto de estudo anteriormente referido.

Como objetivo geral da pesquisa tivemos enquanto proposta: analisar o trabalho realizado pelas mulheres no acompanhamento das(os) usuárias(os) durante a hospitalização no HUOL e sua importância enquanto forma de reprodução social. Já os objetivos específicos elencamos: a) discutir sobre o surgimento dos hospitais e suas características na atualidade; b) historizar o trabalho das mulheres e sua importância para a reprodução social c) discorrer sobre as características da reprodução social em âmbito hospitalar; d) analisar a importância do trabalho social reprodutivo no HUOL no capitalismo.

Para tanto foram avaliados documentos produzidos tais como



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

entrevistas sociais, normativos e informativos do Hospital. Ainda se optou por utilizar os registros em diário de campo como pesquisa empírica qualitativa. Os dados aqui levantados foram analisados à luz de produção de estudiosas feministas e legislações vigentes por meio da realização de uma análise bibliográfica sistemática.

2. PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NA UNIDADE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA

Ao se quantificar as entrevistas e acolhimentos sociais realizados no período de março/2022 a setembro/2023 chegamos a um quantitativo de 157 entrevistas sociais realizadas durante o período de residência. Deste total, aproximadamente 98% (155 atendimentos iniciais) foram feitas com mulheres (mães, avós, tias, irmãs etc.). Ainda nas entrevistas sociais, aproximadamente 23 mulheres afirmaram ser chefes de família.

Quando se questionava sobre o perfil socioeconômico das famílias, cerca de 90 delas eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Apenas em 15% dos casos um dos genitores possuía vínculo formal de emprego. Sobre a ocupação das mulheres, um quantitativo aproximado de 81 delas declararam ser “do Lar”, ou seja, trabalhadoras domésticas não remuneradas, as quais se ocupavam exclusivamente dos cuidados com os filhos e com a casa.

Ainda sobre as ocupações, 10 mães afirmaram que trabalhavam informalmente como diaristas. Aproximadamente 19 se afirmaram enquanto agricultoras, mas apenas 05 tinham acesso aos benefícios previdenciários tais como salário maternidade. De acordo com as informações trazidas em entrevistas sociais, isso decorria do fato de que as famílias não se encontravam vinculadas ou possuíam mensalidades atrasadas junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais de seus respectivos municípios.



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Em cerca de 53% dos atendimentos as famílias residiam em municípios do interior do Estado, os outros 47% moravam em Natal ou na região metropolitana da capital. Sobre a escolaridade aproximadamente 70% das(os) entrevistadas(os) possuíam até o ensino fundamental e menos de 1% possuía ensino superior.

A cerca das condições de moradia 47% não possuíam casa própria. Quanto as relações de emprego e renda, percebe-se que em 85% dos casos um dos genitores não possui vínculo formal de trabalho, fenômeno esse que corrobora com o recente movimento de agudização das desigualdades sociais atrelada aos desmontes dos direitos trabalhistas ocasionando a pauperização da vida da classe trabalhadora no Brasil.

Portanto, temos um perfil familiar formado majoritariamente por famílias em situação de vulnerabilidade social e beneficiárias de Programas de Transferência de Renda.

3. TRABALHO DAS MULHERES NAS ENFERMIARIAS E UTI PEDIÁTRICAS DO HUOL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA APROPRIAÇÃO E DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO PAGO

Cabe elucidar aqui algumas questões relevantes para entender o objeto de trabalho aqui estudado. Dentre a primeira ressaltamos que Hospital de Pediatria Prof. Heriberto Bezerra (HOSPED) foi incorporado ao HUOL no ano de 2014 após a reorganização funcional administrativa realizada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que no ano anterior (2013) assume a gerência dos Hospitais Universitários da UFRN por meio do Contrato nº 55/2013. De um hospital autônomo a atenção à saúde da criança se torna uma ala em um hospital geral.



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Conforme (Abbade, 2022) a chegada da EBSEH aos Hospitais Universitários (HUs) trouxe significativos impactos na produção hospitalar que vão desde a redução do período de hospitalização e da mortalidade, até o aumento de número de internações mensais. O autor afirma que antes da chegada da Empresa a média de internações mensais, considerando um total de 16 hospitais, era de aproximadamente – 6,5 hospitalizações ao mês. Contudo com a chegada da nova gerência este número salta para cerca de 71 hospitalizações mensais, um aumento de 65 internações a mais no mês. Além disso, Abbade (2022) afirma que a EBSEH promoveu um salto no quadro profissional dos hospitais se antes da EBSEH o número de pessoal era de aproximadamente 41 profissionais, após a chegada da empresa esse número saltou para 160, o que representaria um impacto positivo. Outro fato apontado no estudo é a redução de custos com hospitalizações, as Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs) caíram de R\$ 8,51 a mais ao mês para R\$0,533 a mais mensal.

Contudo, o autor ressalta que ao se analisar por região, os HUs localizados no Nordeste não tiveram impactos tão positivos quanto os Hospitais da Região Sudeste, o que para Abbade (2022) pode estar relacionado a insuficiência de recursos. No entanto, apesar do estudo citado anteriormente mostrar quantitativamente vários impactos positivos referentes a adesão a gerência da EBSEH pelos HUs, o artigo não trata da análise da capacidade de atendimento dos hospitais acompanha o número de força de trabalho contratada.

Salienta-se, porém, que nos contratos firmados entre a Empresa e os HUs afirma que cabe a EBSEH o dever de manter a força de trabalho do HUs adequada ao com funcionamento dos serviços, conforme planilha de Quadro de Pessoal da EBSEH, apesar de haver um quantitativo de 62.673 vagas



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

autorizadas para a rede, apenas 41.197 se encontram ocupados, gerando uma necessidade contratação de aproximadamente 20.000 profissionais entre cargos superiores, técnico e administrativos. No entanto, não foram encontradas informações específicas sobre o déficit profissional do HUOL, porém por estar inserido dentro dos Hospitais geridos pela Rede EBSEH, supõe-se que também encontra com postos vagos

Vale mencionar que a criação e a implementação da EBSEH acompanharam um momento de importantes mudanças políticas e econômicas em contexto nacional. Mesmo com a articulação dos Movimentos Sociais e de Defesa da Saúde Pública, a exemplo da manifestação pública do Conselho Federal de Serviço Social repudiando veementemente a entrega da gerência dos HUs à EBSEH, estes não foram suficientes para barrar o avanço e a conclusão deste projeto de saúde implementado por meio redução e da terceirização do papel do Estado na sua garantia.

Para Rosado & Freitas (2022), assim como as outras políticas sociais, a saúde se encontra localizada em um espaço de contradições, permeada por conflitos de interesses entre o setor privado e o Direito enquanto dever do Estado. Portanto, pensar na política de saúde hoje é refletir, também, sobre o fortalecimento de um modelo de atendimento realizado através da focalização, da fragmentação e da não universalização do acesso. Bravo & Pelaez (2018) já sinalizavam que o Projeto Privatista de Saúde, iniciado na Ditadura Militar e retomado a partir da década de 1990 no Brasil, renasce através da substituição do papel do Estado no provimento dos serviços, denominado de “Novos Modelos de Gestão”. Estes novos modelos de gerir os serviços de saúde atrelados às subvenções e isenções fiscais, avança sob o fundo público como forma de assegurar a acumulação privada de capital por meio de desmontes e ataques a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado.



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Mioto e Alves (2015), ao tratarem do familismo², já ressaltavam que nos espaços de saúde, diante da ausência do Estado, a família passa ser invocada como protagonista do cuidado, tanto quando falamos de responsabilidade quanto como falamos de objeto do cuidado. Para as autoras há um processo de instrumentalização do núcleo familiar para ofertar o cuidado e a gestão de riscos em saúde a partir da noção de desempenho doméstico. Contudo, ao se considerar a discussão teórica realizada acerca do trabalho do cuidado e da reprodução social percebe-se que na família existe um sujeito para o qual recai majoritariamente a incumbência do ato de cuidar: as mulheres.

Desta maneira, entendemos que: como sendo espelho também das mudanças societárias, a Instituição Hospitalar no modo de produção capitalista possui marcas das relações desiguais de gênero, raça e classe. No entanto, aqui nos propomos analisar como e institucionaliza a apropriação do trabalho doméstico não remunerado as mães e como se efetiva sua exploração. Para tanto compreendemos que em uma sociedade capitalista a própria compreensão do direito demonstra sua imagem e intencionalidade.

Percebemos, portanto, que ao longo da História a construção de aparatos legais para controle da sexualidade e reprodução feminina surgem a partir da necessidade simbiótica entre acumulação de capital e produção de mais-valia por meio do trabalho vivo. Partindo deste pressuposto, compreendemos que as novas formas de relações sociais patriarcais ganham tônus por meio da construção de uma narrativa ideológica que trata a

² Para Mioto e Alves (2015) diante da redução do papel do Estado na garantia e efetivação de direitos, a família passa a ser compreendida como espaço natural de proteção dos sujeitos, e, portanto, é o núcleo familiar o principal responsável pelo cuidado de seus membros, sendo o Estado o coadjuvante deste processo.



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

maternidade e o cuidado com os filhos como sendo a tarefa primordial de todas as mulheres enquanto parte de sua natureza imutável. A ideia de remuneração afetiva (Downling, 2017) aonde a autorrealização feminina está em assegurar a educação, a saúde e a felicidade de seus entes tem justificado ao longo dos anos a apropriação do trabalho doméstico, assim como sua exploração.

Logo, ao observarmos o universo no qual se realizou esta pesquisa - enfermarias e UTI pediátricas do HUOL – percebemos que assim como na sociedade, aqui também são as mulheres, e mães, que majoritariamente se responsabilizam pelo cuidado com as crianças durante o processo de hospitalização. O expressivo número de 98% dos atendimentos iniciais terem sido realizados com mulheres corrobora com aquilo que chamam de divisão sexual do trabalho e responsabilização das mulheres pelas tarefas relativas ao cuidado de maneira invisibilizada por meio do trabalho doméstico não remunerado (Arruzza, 2019, Federici, 2019; Downling, 2017).

Quando questionadas sobre sua profissão, 52% afirmaram ser “do lar”, contudo tal nomenclatura encobre a realidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres na sua casa. Portanto, utilizamos o termo *trabalhadora domésticas não remuneradas* por compreender que precisamos evidenciar que a tarefa do cuidado – apesar de não gerar valor de maneira direta - é sim *trabalho*, e como trabalho vem sendo acumulado e apropriado pelo capitalismo, ao passo em que não é valorizado.

Assim sendo, entendemos que o trabalho de reproduzir a força de trabalho e a vida, sejam estas atividades reconhecidas e/ou remuneradas como tais ou não, constitui um trabalho que possui valor, em termos econômicos, ao se considerar seu papel de reproduzir sujeitos para serem consumidos pelo assalariamento. Desta forma, concebemos, que quando nascemos precisamos ser educados e alimentados; quando adultos, ao entrarmos no circuito de



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

comercialização de força de trabalho, antes de ir trabalhar necessitamos de ter nossas refeições feitas, nossas roupas lavadas, nossa casa arrumada de modo que ao retornar do posto de trabalho tenhamos conseguido repor parte dos dispêndios de suas forças físicas e mentais (Arruzza, 2019, Federici, 2019; Downing, 2017).

Outro fator identificado nas entrevistas é relativo às famílias monoparentais; percebemos que aproximadamente 13% das mães eram as únicas responsáveis pelo núcleo familiar. Em quase todo os casos essas mulheres possuíam outros filhos seus ficavam sob a responsabilidade das avós maternas, sendo frequente o aparecimento de situações de abandono paterno e a falta de uma rede de apoio sociofamiliar forte. Tal fator reforça a sobrecarga e a responsabilização das mulheres pelo trabalho do cuidado de maneira geracional no próprio âmbito familiar e nas redes de apoio.

Quanto a renda, em cerca de 81% dos casos nenhum dos genitores possuía vínculo formal de emprego. A grande maioria das famílias eram beneficiárias de Programas e Transferência de Renda (Bolsa Família) ou Benefícios Socioassistenciais (Benefício de Prestação Continuada). Tal dado revela a vulnerabilidade socioeconômica vivenciada por estas mulheres e suas famílias; quando questionávamos na entrevista social o porquê de estarem fora do mercado de trabalho, era quase que unânime o discurso da *necessidade de cuidar a casa e dos filhos* como sendo fator determinante.

Entre as tarefas já evidenciadas, se incluem ainda o banhar, o alimentar, administrar medicamentos etc., de maneira integral durante todo o período em que perdura a hospitalização. Tais fatos nos levam a refletir sobre se seria realmente efetivação de direito ou apropriação institucional de um trabalho invisível e não remunerado através do cuidado, em um contexto de fragilização e sucateamento os serviços expressos também na falta de



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

quantitativo profissional necessário enquanto de força de trabalho para os serviços institucionais. Se quantificássemos em tempo, estas mulheres, quando exercendo a função de acompanhantes, dedicam 24h do dia às tarefas de cuidado.

Um estudo realizado publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2023 mostra que o trabalho de cuidado é realizado em sua maioria (65%) pelas mulheres e que se este fosse valorizado representaria aproximadamente 13% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (Kelly; Considera; Melo, 2023). A pesquisa se baseia no tempo dedicado às tarefas de cuidado e o valor do salário-mínimo mensal por região do país ressaltava que em média as mulheres dedicam o dobro de horas ao trabalho do cuidado de que os homens. Kelly; Considera; Melo (2023) afirmam que isso é fruto da construção histórica pautada nas desigualdades patriarcais de gênero, e que o trabalho de cuidado é essencial para que a sociedade funcione nos moldes atuais - patriarcal, capitalista e racista.

Sendo assim, ao analisarmos as Enfermarias e UTI pediátricas observamos que durante o processo de hospitalização as acompanhantes dedicam-se integralmente aos cuidados das(os) usuárias(os) e como forma de tentar valorizar seu trabalho nos propomos a exemplo do estudo acima referido multiplicar o tempo de trabalho pelo valor do salário-mínimo. Desta forma, de acordo com a Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, art.º 2 o salário-mínimo terá o valor de R\$ 1.320,00. Sendo que conforme esta legislação os valores diário e horário do salário-mínimo corresponderão a R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) e a R\$ 6,00 (seis reais). Por conseguinte, se considerarmos o valor da hora de trabalho e o tempo no qual as mulheres acompanhantes se dedicam de maneira exclusiva aos cuidados com as(os) usuários das Enfermaria e UTI Pediátrica, chegamos à cifra de R\$ 144,00/dia, e R\$ 4.320,00



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

de trabalho acumulado e não remunerado por mês para cada acompanhante nos casos de hospitalizações prologadas.

Têm-se, portanto, a compreensão de que as políticas de ajuste fiscal e austeridade promovem verdadeiros ataques para a reprodução social por meio de desmontes de direitos sociais e trabalhistas, fazendo com que haja uma maior necessidade de aumentar o trabalho reprodutivo não pago feito em sua massiva maioria pelas mulheres sob a primazia do Direito ao acompanhante para as crianças e do discurso de treinar as famílias - as mulheres - para serem protagonistas do cuidar do usuário.

Sendo assim, as mudanças nas políticas sociais estatais neoliberais jogam para as famílias a responsabilidade do cuidado e da reprodução social, permanecendo a mulheres como principais executoras destas funções (Alves & Miotto, 2015). Portanto, o trabalho doméstico não pago tem sido chamado cada vez mais a cena para assegurar a reprodução da mão de obra que o Estado mínimo não se posiciona em realizar, pois os esforços seguem no sentido de garantir a acumulação privada de capital (Downling, 2017 *apud* Federici, 2012; Bassel & Emejulu, 2015).

Abbade (2022) já trazia que a noção gerência a partir dos princípios do mercado e da lógica empresarial com redução de custos e aumento da produtividade e do faturamento com o objetivo de uso eficiente dos recursos são o norte da EBSEPH, isso se reflete na restrição e focalização de direitos em detrimento a atenção em saúde mais humanizada. Contudo, tal movimento não é descolado de um contexto macrossocietário, como já afirmado por pereira (2023).

Portanto, nos cabe refletir sobre: Quem cuida das mulheres acompanhantes das enfermarias e UTI pediátricas do HUOL? Como cobramos um cuidado quando nós mesmos não proporcionamos condições para que



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

estes sejam exercidos? O direito na sociedade das classes também é seu reflexo, portanto, cuidar do outro é também trabalho e enquanto trabalho deve ser tratado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a institucionalização e apropriação do trabalho doméstico não remunerado, para tanto teve-se como objeto as tarefas do cuidado realizados por mulheres (mães, avós etc.) no acompanhamento de leito durante o período de hospitalização.

Sendo assim, foi possível compreender que as mudanças societárias imprimiram novos significados para o trabalho doméstico desenvolvido pelas mulheres por meio das tarefas de cuidado; O capitalismo absorveu em sua estrutura as relações patriarcais desiguais, como forma de organizar a sociedade e acumular trabalho não remunerado por meio da construção ideológica do que seria uma natureza feminina e a representação máxima da felicidade ao dedica-se as tarefas de cuidado;

O HUOL além de reproduzir a noção empresarial de mercado trazida pela EBSEH, reproduz também a lógica societária patriarcal de naturalização das tarefas do cuidado e sua acumulação por meio de ideia do Direito ao Acompanhante. Contudo, não foi possível identificar os determinantes raça e etnia devido a lacunas nos próprios documentos produzidos;

Por fim, compreendemos que trazer luz e desvelar as cortinas que encobrem a essência da tarefa do cuidado, além de colocar o trabalho das mulheres no chão da produção e reprodução do modo de produção capitalista, é proporcionar reflexões sobre a desnaturalização e a possível valorização real do Trabalho das Mulheres.

Além disso, ao analisar o cenário de pesquisa, compreendemos que além da sociedade e da família, as engrenagens do patriarcado também



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

operaram na apropriação gratuita do trabalho excedente das mulheres acompanhantes sob o discurso do direito e da proteção às crianças. No entanto, mesmo o direito reflete os interesses antagônicos e contraditórios da sociedade do capital patriarcal e racista, e como tal exprime sua intencionalidade.

5. REFERÊNCIAS

ABBADE, Eduardo Biotti. **O impacto da gestão da EBSEH na produção dos Hospitais Universitários**. Revista Ciência e Saúde Coletiva nº 27. VOL. 3. Março de 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/7XnG9qfvfhPdmCn7YHQJR9k/?lang=pt>

acesso em 30 de nov de 2023

ALVES, Francielle L; MIOTO Regina Célia T. **O Familismo nos Serviços de Saúde: expressões em trajetórias assistenciais**. Revista Argumentum, Vitória (ES), v. 7, n.2, p. 208-220, jul./dez. 2015. Disponível em

<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/9038/8254> Acesso 30 de nov de 2023.

AMARAL, Virginia Borges. O MARXISMO INCONCLUSO DA ANÁLISE DO DISCURSO: UM LEGADO DE MICHEL PÊCHEUX. Dossier Análisis del Discurso en Brasil: teoría y práctica. Signo y Seña, número 24, diciembre de 2013, pp. 105-121. Facultad de Filosofía y Letras (UBA). <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>. ISSN 2314-2189

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas entre gênero e classe**. In: **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. Tradução de Nina Jacomini. 1^a ed- São Paulo: Usina Editorial, 2019.

BRAVO, Maria Inês; PALAEZ, Elaine Jünger. **AVANÇOS DAS CONTRARREFORMAS NA SAÚDE NO GOVERNO TEMER**. Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, Vitória: 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22056/17238>. Acesso em 27 de ago de 2023

BRASIL. **Lei número 14.663**, de 28 de agosto de 2023. Brasil, **Contrato nº 55/2013** - UFRN/EBSEH.



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

CFESS, CFESS Manifesta. **Contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.** 2014. Disponível em <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1053> acesso em 30 de nov de 2023

DOWLING, Emma. **Valorizado mas sem valor? Remuneração afetiva, reprodução social e política feminista para além da crise.** Revista Direito e Práxis, vol 8, núm. 3, 2017, pp. 2449-277. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/30226/21403>> Acesso em 16 de março de 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. **Quantitativo físico de empregados cargos efetivos agosto de 2023.** Disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/agentes-publicos/demonstrativos-de-quadro-de-pessoal-remuneracoes-e-beneficios/cargos-carreiras-e-beneficios/quadro-de-pessoal-e-composicao-da-remuneracao/2023/agosto-2023/i-quantitativo-fisico-de-empregados-cargos-efetivo-agosto-2023.ods/view> acesso em 17 de nov de 2023

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. - 1^a ed- São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KELLY, Isabela Duarte; CONSIDERA, Claudio; MELO, Hildete Pereira de. **Quanto vale o amor materno? Apenas abraços e beijos? BLOG DO IBRE. Fundação Getúlio Vargas.** 04 de outubro de 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quanto-vale-o-amor-materno-apenas-abracos-e-beijos> acesso em 01 de dez de 2023

LERNER, Gerda. **A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO: História da opressão das mulheres pelos homens.** Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

ROSADO, Iana Vasconcelos M.; FREITAS, Gleidiane Almeida de. **As contradições do direito à saúde no capitalismo: apontamentos da realidade brasileira.** *SER Social*. Brasília, v. 22, n. 47, julho a dezembro de 2020. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25428/26532>.
Acesso em: 30 de nov de 2023